



## Aprovado crédito de R\$ 248,9 bi para governo pagar benefícios

Por unanimidade, senadores e deputados reunidos em sessão do Congresso autorizaram governo a tomar empréstimo destinado a despesas como aposentadorias e pensões

Waldemir Barreto/Agência Senado



Entre os senadores Bezerra (E) e Heinze (D), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, dirige sessão em que o Congresso também derrubou quatro vetos

O Congresso aprovou ontem autorização para o governo realizar operação de crédito no valor de R\$ 248,9 bilhões. A aprovação teve a unanimidade dos deputados e senadores reunidos em sessão do Congresso. Foram 450 favoráveis na Câmara e 61 no Senado. Agora o Executivo poderá emitir títulos públicos e, com os recursos arrecadados junto às instituições financeiras, pagar benefícios da Previdência Social, o Benefício de Prestação Continuada, o Bolsa Família, o Plano Safra e outras despesas. O presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, elogiou a maturidade política do Parlamento. — Hoje o Congresso emite um sinal de que está à disposição para as pautas que interessam não só ao governo, mas ao Brasil — disse. **4 e 5**

**Comissão decide sobre decretos de armas hoje 2**

**Audiência: levar médicos a todo país é desafio 8**

**Deficiente deve ter prioridade em transporte 8**

**Mineradora pode ter plano de ação em desastres 7**

### Congresso derruba quatro vetos presidenciais

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senadores e deputados no Plenário da Câmara durante sessão do Congresso

O Congresso votou ontem cinco vetos presidenciais, dos quais quatro foram derrubados. Os parlamentares mantiveram apenas o veto a dispositivos da lei que regulamenta o cumprimento de sanções do Conselho de Segurança da ONU. Entre os vetos derrubados, estão o que impedia que fundações de apoio a universidades fossem gestoras de fundos patrimoniais e o que tirava isenção de imposto em carros elétricos para taxistas e pessoas com deficiência. **4 e 5**



Randolfo acompanha fala de Nando Reis em debate com artistas e empresários

### Cobrança de direito autoral de música em hotel gera polêmica

A cobrança de direitos sobre músicas em quartos de hotéis dividiu debatedores na CCJ ontem. Empresários pediram o fim da taxa do Ecad. Mas artistas defenderam a cobrança. Os artistas, entre eles Nando Reis e Frejat, também foram recebidos pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. **3**

### Sergio Moro deve falar no Senado sobre mensagens

O ministro da Justiça, Sergio Moro, se colocou à disposição do Senado para falar sobre a suposta colaboração com integrantes da Lava Jato. A audiência na Comissão de Constituição e Justiça está prevista para quarta-feira que vem, às 9h. **5**

### Sustentabilidade pode dar lucro, aponta audiência

Empresários e dirigentes ouvidos ontem na Comissão de Meio Ambiente afirmaram que o chamada economia verde pode fazer com que as companhias que protegem o ecossistema sejam mais competitivas do que a concorrência. **7**

### Comissão vota proposta que altera regras de MPs

Pode ser votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça proposta de emenda à Constituição que muda regras para tramitação de medidas provisórias no Congresso. O texto assegura ao Senado pelo menos 30 dias para analisar as MPs. **6**

Marcos Oliveira/Agência Senado

# Colegiado decide hoje sobre decretos de posse de armas

Comissão de Constituição e Justiça analisa relatórios que pedem a suspensão do decreto presidencial que liberou o porte para algumas categorias e o voto do relator, favorável à iniciativa de Bolsonaro

**PROMESSA DE CAMPANHA** do presidente Jair Bolsonaro, os decretos do governo que flexibilizaram a posse e o porte de armas voltam ao debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, quando serão lidos os votos em separado (relatórios contrários ao que apresentou o relator) dos senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Fabiano Contarato (Rede-ES).

Eles defendem a aprovação dos projetos de decreto legislativo (PDLs) que suspendem os efeitos dos decretos sobre armas. Em seguida, seis PDLs (233, 235, 238, 286, 287 e 322 de 2019) deverão ser colocados em votação. Os votos em separado serão transformados em parecer da CCJ caso o relatório do senador Marcos do Val (Cidadania-ES) seja rejeitado. O senador é contrário aos projetos por achar que o decreto do governo é legal.

Na quinta-feira, a votação do relatório de Marcos do Val foi adiado por um pedido de vista coletiva. Na reunião, senadores favoráveis ao decreto de Bolsonaro tentaram aprovar requerimentos para a realização de audiências sobre o tema, o que adiaria a votação por mais tempo, mas os pedidos foram rejeitados por 16 votos a 4.

Outra questão que pode ser resolvida em definitivo hoje pela CCJ é a criminalização da LGBTIfobia (preconceito contra homossexuais e tran-



O relator, Marcos do Val, é favorável ao decreto de Bolsonaro sobre porte

sexuais, entre outros grupos que não se definem heterossexuais). O PL 672/2019, que inclui na Lei do Racismo (Lei 7.716, de 1989) a discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero foi aprovado em 22 de março, mas, por ser um substitutivo, precisa passar por turno suplementar de votação.

Depois da aprovação do relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), favorável ao projeto, três senadores apresentaram emendas para alterar o texto sob o argumento de preservar a liberdade religiosa e de expressão.

## Punição

Uma das emendas, apresentada pela senadora Juíza Selma (PSL-MT), retira do projeto o trecho que previa punição para quem “impedir ou restringir manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, ressalvados

os templos religiosos.”

Outra emenda, da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), estabelece que a criminalização da LGBTIfobia “não se aplica às condutas praticadas no exercício da liberdade de consciência e de crença”.

Já o senador Marcos Rogério (DEM-RO) sugere em uma terceira emenda que “não constitui crime a manifestação de opinião de qualquer natureza e por quaisquer meios sobre questões relacionadas a orientação sexual ou identidade de gênero, sendo garantida a liberdade de consciência e de crença, de convicção filosófica ou política e as expressões intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação”.

A proposta entra na pauta da comissão um dia antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) retomar o julgamento de duas ações que pedem para equiparar atos de preconceito contra LGBTIs ao crime de racismo.

# Debate pede criação do Dia Nacional do Espiritismo

Representantes da comunidade espírita defenderam em audiência pública ontem o reconhecimento de 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo no Brasil. A data remete à publicação de *O Livro dos Espíritos* em Paris, em 1857.

Eduardo Girão (Pode-CE), que presidiu a audiência na Comissão de Educação (CE), afirmou que a ideia não é criar um feriado, mas ter um dia para discutir as ideias do espiritismo.

Os debatedores informaram que o país tem cerca de 4 milhões de espíritas segundo o

censo do IBGE. Da Comunhão Espírita de Brasília, Jefferson Bellomo explicou que o dia é importante por três motivos: reconhecer o espiritismo como parte da cultura brasileira, valorizar a ação social de grupos espíritas e reduzir o preconceito. Diretor da Federação Espírita Brasileira, João Rabelo afirmou que a data pode ajudar a divulgar melhor a doutrina.

Já os senadores contaram experiências pessoais com o espiritismo. Eduardo Girão disse que a religião o ajudou a superar uma crise de pânico.

Jayme Campos (DEM-MT) relatou que foi no espiritismo que ele e a família encontraram consolo após a perda de um filho. Experiência semelhante contou Juíza Selma (PSL-MT), com a morte da filha e do pai.

Apesar de católico, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) fez cirurgia espiritual de uma úlcera. Soraya Thronicke (PSL-MS) lembrou os tempos de criança, em que o espiritismo sofria grande preconceito e a avó tinha o *Livro dos Espíritos* como “um livro secreto”.

Styvenson Valentim (Pode-RN) criticou o preconceito religioso. Ele contou que a mãe é evangélica, que tem um bom trânsito entre os católicos e que acompanha a mulher em eventos espíritas. Na mesma linha, falou o senador Flávio Arns (Rede-PR), que é católico: — Respeito à diversidade e as obras sociais extraordinárias que dão apoio ao ser humano e valorizam a vida.



Entre representantes da doutrina espírita, Eduardo Girão dirige debate

# Projeto em pauta amplia licenças para trabalhadores celetistas

A licença-paternidade poderá ser ampliada para 20 dias para os trabalhadores regidos pelas normas da CLT. A licença para casamento (licença-gala) poderá passar de três para cinco dias. Já a licença por morte de um parente próximo (licença-nojo) passaria de dois para até cinco dias, conforme o parentesco. Essas medidas estão previstas em um projeto (PLS 240/2017) que deve ser votado hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outra mudança é no número de dias a que o trabalhador tem direito a ser dispensado para acompanhar a mulher grávida em consultas e exames. Hoje são dois dias, mas

passaria a ser de pelo menos um dia por mês, a partir do terceiro mês de gravidez. A licença para acompanhar filho ao médico também pode mudar: passaria de um dia por ano até o filho completar 6 anos, para dois dias anuais até os 16 anos. Para a autora, Rose de Freitas (Pode-ES), o projeto dá um tratamento mais igualitário aos trabalhadores, já que os servidores civis e militares têm prazo maior de afastamento para as mesmas situações.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), apresentou um substitutivo para aprimorar a técnica legislativa, que receberá decisão final na CAS.

# Irregularidades em fundos de pensão serão discutidas hoje

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência hoje, a partir das 14h, para discutir irregularidades nos fundos de pensão de empresas estatais, bem como a transparência e a efetividade na gestão deles. O debate foi sugerido por Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Entre os convidados, está o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, representante da Operação Greenfield, que

investiga desvios nos fundos de pensão, e a vice-presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão, Cláudia Ricaldoni.

Também estarão presentes no debate o presidente da Associação Nacional dos Participantes da Petros (Apape), Paulo Brandão, e o diretor de Administração da Fundação Caixa Econômica Federal (Funcef), Antonio Augusto de Miranda e Souza, entre outros.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCJ Tribunal Superior do Trabalho**  
9h Sabatina de Evandro Pereira Valadão Lopes, indicado para ministro do TST. Após, pauta de 18 itens.
- CCT Parques tecnológicos**  
9h Audiência para discutir desenvolvimento regional por intermédio dos parques tecnológicos.
- CDH Ações afirmativas**  
9h Audiência para debater ações afirmativas pós-escravidão.
- CDR Rio São Francisco**  
9h Audiência para debater atual estado do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.
- CRE Jordânia e Egito**  
9h Sabatina de embaixadores para Jordânia e Egito. Após, requerimentos.
- CAS Dependentes com doenças raras**  
9h Entre 17 itens, o PL 682/2019, que concede benefícios fiscais por dependentes com doenças raras.
- CRA Impactos no agronegócio**  
11h Debate sobre políticas para combater impactos negativos no agronegócio.

- CDH Fundos de pensão**  
14h Audiência para debater irregularidades e garantia de maior efetividade e transparência nos fundos de pensão. Entre os convidados, representantes dos fundos de pensão da Caixa Econômica Federal e da Petrobras.
- CMA Licenciamento para hidrelétricas**  
14h Entre 6 itens, o PLS 603/2015, que trata de regime diferenciado de licenciamento ambiental para hidrelétricas.
- MP 876/2019 Registro de empresas**  
14h Análise do relatório.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, o PLS 163/2018 — Complementar, que retira pagamento de despesas judiciais do grupo de despesas correntes.
- MP 877/2019 Tributos em passagens**  
14h30 Instalação e eleição.
- MP 878/2019 Contratos no Iphan**  
14h40 Instalação e eleição.
- MP 879/2019 Gastos da Eletrobras**  
14h50 Instalação e eleição.
- MP 881/2019 Redução de burocracia**  
15h Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Direito autoral de músicas gera controvérsias

Em debate de projeto para fortalecer e modernizar o turismo no Brasil, artistas e empresários discordaram sobre cobrança de taxa do Ecad por música em quartos de hotel

DURANTE DEBATE ONTEM sobre o projeto que propõe a modernização do turismo no Brasil, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a questão da cobrança da taxa do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) sobre música em quartos de hotéis gerou polêmica.

Do ex-deputado Carlos Eduardo Cadoca, a proposta (PL 1.829/2019) atualiza conceitos e diretrizes do turismo às recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT) e de outros organismos internacionais. Entre várias mudanças, o projeto acaba com a classificação dos hotéis por meio de atribuição de estrelas. O texto também incorpora à Lei Geral do Turismo (Lei 11.771, de 2008) iniciativas e práticas já adotadas pelo Ministério do Turismo, pela Embratur e pelo trade turístico nacional.

O assessor jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional (Abih), Huilder Magno, defendeu o fim da cobrança do tributo do Ecad nos quartos dos hotéis.

— O setor está em crise. De 2016 até hoje, foram 16 hotéis fechados no Rio de Janeiro, 26 empreendimentos falidos em Belo Horizonte e 25 no Rio Grande do Sul. Não somos contrários à cobrança do tributo em áreas comuns do hotel, mas ao pagamento da taxa de cada apartamento. Temos todo o respeito pelos artistas, sei do trabalho, do cansaço que é compor, mas o momento agora é de cada um ceder um pouco.

Segundo o presidente-execu-

tivo do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), Orlando de Souza, o quarto é uma área privada do hóspede, que alugou aquele apartamento e pagou por ele naquele período, então a taxa não deveria se aplicar. Já a representante do Ecad, Glória Cristina Rocha Braga, disse não ser possível que a música brasileira seja prejudicada com a medida.

— Os hotéis não querem um preço melhor, querem não pagar direitos autorais, e isso nós, representantes dos criadores, não podemos admitir.

A atriz e empresária Paula Lavigne disse que a música engrandece o serviço de hotelaria, porque “leva alegria às pessoas”.

— A crise dos hotéis não se deve ao recolhimento do tributo. Há essa demonização do artista, como se a gente ganhasse fortunas e vivesse de mamata. Direito autoral não é tributação.

O compositor Roberto Frejat declarou estar surpreso ao ver que o peso da crise do setor hoteleiro estaria sendo atribuído aos artistas. Segundo ele, no momento em que o turismo no Brasil precisa de incentivos, o PL 1.829/2019 reduz o número de quartos adaptados para pessoas com deficiência e acaba com a cobrança do Ecad.

— A lei brasileira não pode se sobrepor a leis internacionais que o Brasil assinou, e nenhuma delas pode ser desobedecida, o que está acontecendo agora — protestou.

O músico Nando Reis disse que direitos autorais são “sagrados” e que o percentual



Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha e Davi Alcolumbre (D) conversam com artistas sobre o projeto

## Artistas criticam texto sobre turismo e pedem cobrança da taxa

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem o presidente da União Brasileira de Compositores, Marcelo Castello Branco, e um grupo de artistas que defende a manutenção da cobrança da taxa do Ecad em hotéis, ao contrário do previsto no PL 1.829/2019.

— É muito importante conversar com os setores para dirimirmos os conflitos. Foi extremamente produtivo ouvir a posição dos artistas para que nós, senadores, agora possamos pontuar o melhor posicionamento

para aprimorar a Lei Geral do Turismo — ponderou o senador Rodrigo Cunha.

Davi Alcolumbre pediu para o relator do projeto na CCJ, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), abrir diálogo com os empresários do setor hoteleiro e a classe artística para viabilizar a votação da proposta já na semana que vem. Randolfe disse que pretende manter a cobrança do Ecad nos moldes atuais, pois avalia que haverá uma grande perda de arrecadação e, em consequência, redução no pagamento dos direitos

autorais para compositores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.

O relator afirmou não acreditar que a medida favorecerá os clientes dos hotéis, pois não há garantia de que haverá repasse da queda nos custos com pagamentos de direitos autorais para os preços cobrados pela hospedagem.

Também participaram do encontro na Presidência do Senado Nando Reis, Paula Lavigne, Roberto Frejat e Manno Góes.

do Ecad é significativo, especialmente para compositores “invisíveis”.

Assessor técnico do Ministério do Turismo, Wilken Souto disse que a proposta traz demandas de diversos setores da atividade turística. Ele reconheceu que o texto traz desafios, já que a burocracia

no ambiente de negócios e a alta tributação sobre o turismo impedem a atração de investimentos.

Autor do requerimento para o debate, Rodrigo Cunha (PSDB-AL) disse que os artistas atraem o aquecimento econômico, mas que é preciso trazer segurança jurídica ao setor.

Para Eduardo Gomes (MDB-TO), o desenvolvimento do setor hoteleiro tem outros entraves, maiores que o Ecad. Já Soraya Thronicke (PSL-MS) disse que o povo tem dúvidas quanto à destinação dos valores arrecadados pelo Ecad e opinou que o assunto deve continuar em discussão.

## Colegiado aprofundará debate sobre Fundeb

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o pedido do vice-presidente do colegiado, senador Flávio Arns (Rede-PR), para que seja realizada mais uma audiência — a quarta na CE — sobre a proposta de emenda à Constituição que torna o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) uma política pública permanente do Estado brasileiro (PEC 65/2019).

Pela atual legislação (Lei 11.494), o Fundeb, criado em 2006, terá prazo de vigência somente até dezembro de 2020. Mas Arns, que é relator da PEC, adverte que, caso não haja a aprovação de um novo fundo, a partir de 2021 ocorrerá uma profunda desorganização no financiamento da educação.

Para a audiência, Arns propõe a participação dos economistas Claudio Tanno,

consultor da Câmara dos Deputados, e Herton Ellery, do Ipea; do prefeito de Campinas (SP) e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Jonas Donizette; e do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Maurício Holanda, especialista em políticas de financiamento à educação.

O corte de verbas das esco-



Vice-presidente da CE, Arns é favorável à permanência do fundo

las de ensino técnico também será debatido em audiência. Entre os convidados, estarão o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Jerônimo Rodrigues; o diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), Flávio Antônio dos Santos; e um representante a ser indicado pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. O pedido para esta audiência partiu de Carlos Viana (PSD-MG), e a data também ainda será definida.

### Ciência

A pedido de Daniella Ribeiro (PP-PB), a CE também deverá debater o tema “Ciência para a educação”.

Caberá ao presidente da CE, Dário Berger (MDB-SC), definir as datas das audiências.

## Comissão faz audiência sobre parques tecnológicos brasileiros

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) discute hoje, às 9h, o papel de parques tecnológicos no desenvolvimento regional do país. O requerimento foi feito por Vanderlan Cardoso (PP-GO).

Parques tecnológicos são espaços que concentram empresas, instituições de ensino, incubadoras de negócios, centros de pesquisa e laboratórios para criar um ambiente favorável à inovação tecnológica.

No Brasil, o número de parques tecnológicos vem crescendo desde os anos 1990 e hoje já existem mais de 90 pelo país. Os principais são: Porto Digital, em Recife; TecnoPuc, em Porto Alegre; São Pedro Valley, em Belo Horizonte; Parque Tecnológico São José dos

Campos (SP); Capital da Inovação, em Florianópolis; Vale da Eletrônica, em Santa Rita do Sapucaí (MG); a Fundação Unicamp, em Campinas (SP); e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), também em São José dos Campos.

Foram convidados para a audiência o diretor do Parque Tecnológico Metrópole Digital, Anderson Paiva Cruz, o diretor de Desenvolvimento de Negócios do Parque Tecnológico São José dos Campos, Elso Alberti Junior, o presidente da Associação Nacional de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), José Alberto Sampaio Aranha, e o superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUC-RS, Jorge Luis Nicolas Audy.

# Congresso aprova crédito extra de R\$ 248,9 bilhões para o governo

Autorização vai permitir ao Executivo pagar despesas como benefícios previdenciários, auxílio a pessoas com deficiência, Bolsa Família e Plano Safra

O CONGRESSO APROVOU ontem a autorização para o Executivo realizar operação de crédito no valor total de R\$ 248,9 bilhões. A aprovação do PLN 4/2019 foi unânime, tanto na Câmara dos Deputados (450 votos) como no Senado (61 votos). A proposta segue agora para a sanção da Presidência da República.

Antes de votar a autorização, o Congresso rejeitou quatro dos cinco vetos pautados para a sessão conjunta. Senadores e deputados mantiveram apenas o veto parcial referente ao bloqueio de bens ligados a terrorismo.

Sobre o pedido de crédito suplementar, o governo alegava que já neste mês poderia faltar dinheiro para cobrir despesas obrigatórias. A maior parte do valor (R\$ 201,7 bilhões) corresponde a benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias.

A regra de ouro do Orçamento, prevista na Constituição, proíbe a realização de operações de crédito (emissão de títulos

públicos) para pagamento de despesas correntes, como salários, benefícios sociais, contas de luz e outros custeios da máquina pública. Essa regra só pode ser contornada por meio de créditos suplementares ou especiais com finalidade específica e aprovados pelo Congresso. Se fizerem dívidas públicas que não sejam para investimentos sem a autorização dos parlamentares (aprovada por maioria absoluta, ou seja, por pelo menos 257 deputados e 41 senadores), gestores e o presidente da República podem cometer crime de responsabilidade.

## Benefícios

Com a aprovação, o governo poderá emitir títulos públicos e, com os recursos arrecadados junto às instituições financeiras, pagar benefícios da Previdência Social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família, o Plano Safra e outras despesas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, agradeceu o apoio dos parlamentares e elogiou a compreensão do Congresso com o momento que o Brasil vive.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse que a aprovação do projeto marca um dos momentos mais especiais e importantes do Congresso em 2019. Ele afirmou que milhões de pessoas serão beneficiadas com o projeto, principalmente deficientes e idosos. Para o senador, o Congresso sai engrandecido. Ele elogiou o entendimento entre representantes do governo e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado.

Segundo o líder do PSL, Major Olimpio (SP), o projeto é importante por atender as áreas mais carentes do Brasil. Esperidião Amin (PP-SC) disse que a aprovação do projeto representa respeito ao Orçamento. O relator da proposta, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), elogiou o acordo em

torno do texto final e destacou a atuação da oposição.

— É uma vitória do governo, de deputados e senadores, mas acima de tudo do país — afirmou.

Tanto na CMO quanto no Plenário do Congresso, o Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou voto em separado. Segundo ele, não são necessários R\$ 248,9 bilhões, mas um montante menor, de R\$ 146,7 bilhões, “como informou a própria equipe econômica do governo em audiência na CMO”. Esse valor, de acordo com ele, daria para cobrir as despesas apontadas pelo governo e evitaria o aumento da dívida pública.

— Estamos dando um cheque em branco para o governo — alertou o senador.

O texto alternativo foi rejeitado.

## Universidades

O projeto havia sido aprovado mais cedo na CMO, na forma de um substitutivo, e seguiu direto para o Plenário. Houve um acordo entre lideranças do



Parlamentares autorizaram crédito suplementar ao Orçamento após acordo em que o governo se comprometeu a rever parte do contingenciamento de despesas

Congresso, principalmente as de oposição, e representantes do governo para que o Executivo libere recursos para outras áreas consideradas importantes pelos parlamentares.

O Executivo se comprometeu a rever parte do contingenciamento de despesas determinado em março e que alcançou quase R\$ 35 bilhões.

Pelo acordo, o governo vai destinar R\$ 1 bilhão para o Programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 550 milhões para a

transposição do Rio São Francisco. O acordo ainda prevê o descontingenciamento de R\$ 1 bilhão para as universidades e de R\$ 330 milhões para bolsas de pesquisa.

Hildo Rocha rejeitou duas emendas e promoveu ajuste para elevar em R\$ 80 milhões o repasse ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cancelando igual montante em subvenções.

O acordo foi celebrado por deputados e senadores. As atuações

do líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), do presidente e do relator da comissão foram elogiadas pelos parlamentares.

A deputada Margarida Salomão (PT-MG) saudou o acordo, classificado por ela como um “avanço” nos gastos do Orçamento. O deputado Airton Faleiro (PT-PA) destacou o mérito da oposição, que atuou pelo acordo com foco no povo brasileiro.

Os deputados Carlos Zarattini (PT-SP) e Orlando Silva (PCDoB-

SP) cobraram mais recursos para a educação, além de verbas para a saúde e para a habitação.

Os deputados Vicentinho Júnior (PR-TO), Capitão Wagner (Pros-CE) e Claudio Cajado (PP-BA) também destacaram o papel do Congresso em direcionar recursos para áreas estratégicas para a população.

— O acordo contemplou as necessidades dos partidos, dos parlamentares e, acima de tudo, do povo brasileiro — afirmou Vicentinho Júnior.

## Moro se oferece para prestar esclarecimentos ao Senado

O ministro da Justiça, Sergio Moro, se colocou à disposição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para prestar esclarecimentos em relação às notícias sobre a suposta colaboração com procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato.

O ofício encaminhado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, solicita que seja feita uma consulta à possibilidade de realização de audiência pública para ouvir o ministro. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou em Plenário que a intenção é que a CCJ ouça Moro na quarta-feira, às 9h.

Na carta, Bezerra declarou o apoio do governo e a disposição do ministro em reafirmar a sua boa conduta como juiz. “Manifestamos a nossa confiança no ministro Sergio Moro, certos de que esta será uma oportunidade para que ele demonstre a sua lisura e correção como juiz federal, refutando as críticas e ilações

a respeito da sua conduta à frente da Operação Lava Jato”, conclui o senador.

Em sua conta nas redes sociais, Davi disse que deverá esperar e observar com cuidado os desdobramentos.

“Nós temos que aguardar com muita cautela e responsabilidade o desenrolar dos próximos passos em relação a essas notícias antes de tomar as decisões. A vinda do ministro Moro será, sem dúvida, uma oportunidade para os senadores terem acesso a todas as respostas que julgarem necessárias”, afirmou.



Requerimento de audiência foi encaminhado por Bezerra



Davi Alcolumbre agradeceu a parlamentares pela votação do projeto

## Davi: Parlamento está consciente do que é importante para o país

Após a votação conjunta ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, agradeceu a “maturidade política” dos parlamentares. Em votação unânime, deputados e senadores haviam aprovado a autorização para o Executivo realizar operação de crédito de R\$ 248,9 bilhões.

— É o maior crédito já aprovado no Parlamento. Hoje o Congresso Nacional dá uma demonstração de serenidade e emite um sinal de que está à disposição para as pautas que interessam não só ao governo, mas ao Brasil. É um sinal claro de que há consciência por parte dos senadores e deputados

em relação às propostas que são importantes para o Brasil. Eu divido essa conquista com o Parlamento brasileiro, renovado mas maduro, consciente da sua obrigação e dos interesses do país — declarou.

O presidente do Senado ainda afirmou que ouvirá hoje o colégio de líderes sobre a possibilidade de votação dos projetos que sustentam o decreto do governo que flexibilizou o porte de armas.

As propostas estão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, segundo Davi, só serão colocadas na pauta do Plenário se houver unanimidade entre os líderes.

## Portadores de HIV/Aids estão dispensados de reavaliação pericial

Portadores de HIV/Aids aposentados por invalidez estão dispensados de reavaliação pericial. O Congresso derrubou o veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2017, aprovado em abril.

A sugestão foi proposta pela Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos, entidade que luta por direitos das pessoas que vivem com HIV/Aids, apresentado como projeto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aprovado na forma de um substitutivo do senador Romário (Pode-RJ).

O argumento do texto é que a pessoa aposentada por invalidez já passou por diversos períodos de auxílio-doença, o que atestaria a degradação de sua saúde e a irreversibilidade dessa condição.

O veto partiu de orientação

do Ministério da Economia, que considerou que a medida dispensava a pessoa com HIV/Aids da “avaliação das condições que ensejaram seu afastamento ou aposentadoria, estabelecendo presunção legal vitalícia de incapacidade, independentemente das circunstâncias peculiares a cada caso e em desconsideração permanente dos avanços da medicina”.

O governo federal ponderou que o texto “afastava-se do princípio da seletividade na prestação dos benefícios da Previdência Social”, assim como tinha potencial de estigmatizar e violar a dignidade do segurado com HIV, que, segundo a justificativa do veto, seria afastado da possibilidade de reabilitação profissional.

## Partidos não precisarão devolver doações de servidores filiados

Foi derrubado ontem o veto parcial ao projeto que anistia multas de partidos políticos. O trecho vetado mudava regras referentes à prestação de contas dos partidos e dava a eles mais autonomia em organização interna e movimentação financeira.

A Lei 13.831, decorrente do PL 1.321/2019, proíbe a rejeição de contas e garante anistia de multa às agremiações que não gastaram a cota mínima de 5% de recursos com programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, desde que tenham direcionado algum dinheiro para candidaturas femininas.

O trecho vetado desobrigava as agremiações de devolver aos cofres públicos federais

as doações que receberam em anos anteriores de servidores públicos com função ou cargo público de livre nomeação filiados aos próprios partidos.

À época, o governo argumentou limitação fiscal, já que o trecho implicaria renúncia de receitas.

Para o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), devolver um dinheiro doado por pessoas ao governo é apropriação indébita. O dinheiro, argumentou, teria de ser devolvido pelos partidos aos filiados que fizeram as doações. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) se manifestou pela manutenção do veto. Para ele, tudo foi uma encenação, já que os partidos aliados do governo votaram pela derrubada do trecho vetado.

## Carro elétrico para taxista e deficiente terá desconto

Senadores e deputados federais derrubaram parte de um dos últimos vetos do então presidente Michel Temer. Agora os trechos vão integrar o corpo da Lei 13.755, de 2018. Com isso, taxistas e pessoas com deficiência poderão ter isenção de IPI e IOF na compra de veículos elétricos ou híbridos.

O veto cancelou 13 dispositivos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2018, criado após os parlamentares alterarem o texto da Medida Provisória

(MP) 843/2018, que criou o novo programa de incentivos fiscais para montadoras de veículos automotores no país, o Rota 2030.

O texto foi transformado na Lei 13.755 e Michel Temer justificou os vetos por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Dos trechos vetados, nove foram mantidos e dois derrubados pelos parlamentares na sessão do Congresso da semana passada.

Com a derrubada, a Lei 8.383, de 1991, passará a prever a isenção de IOF em financiamentos para compra de veículos híbridos, elétricos ou com potência bruta de até 127 HP por parte de taxistas, cooperativas de táxi e pessoas com deficiência. Também será alterada a Lei 8.989, de 1995, que passará a prever a isenção de IPI para compra de automóveis híbridos, elétricos ou de até 2 mil cilindradas por taxistas, cooperativas e pessoas com deficiência.

## Sanções de Conselho de Segurança não serão imediatas

O Congresso manteve o veto presidencial a quatro dispositivos da lei que regulamenta o cumprimento de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Lei 13.810 determina que as sanções sejam executadas de forma imediata no território nacional.

O trecho relativo ao veto mantido destacava que sanções relativas a terrorismo, financiamento de terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa deveriam ganhar procedimento preferencial e sigiloso para sua homologação por parte do Executivo.

## Manutenção de veto considerada erro material será corrigida

Houve erro material na votação de um dos vetos presidenciais analisados na semana passada pelo Congresso. O equívoco será corrigido antes da elaboração da redação final. O anúncio foi feito ontem pelo primeiro vice-presidente do Congresso, deputado Marcos Pereira (PRB-SP).

Um veto sobre dispositivos da Lei 13.729, de 2018 (que trata de desconto para o pagamento de dívidas de crédito rural), foi objeto de um acordo de líderes para sua rejeição parcial. Seriam resgatados dois artigos da lei, originalmente vetados, que autorizam medidas para quitação de débitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Foi rejeitado o veto sobre todos os incisos e parágrafos de um artigo que tratava do Pronaf, mas o veto ao caput foi mantido. O resultado era uma redação que não fazia sentido.

Para sanar o problema, a Presidência do Congresso anexará um ofício aos autos do veto explicando o problema e sanando o equívoco.

## Vazamento de mensagens repercute em colegiado

A troca de mensagens por um aplicativo entre o então juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça e Segurança Pública, e o procurador da República Deltan Dallagnol, reveladas no domingo pelo site *The Intercept Brasil* repercutiram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Alguns senadores afirmam que os diálogos evidenciariam indevida coordenação de esforços na Operação Lava Jato. Outros consideram que é preciso investigar como ocorreram os vazamentos.

Para Otto Alencar (PSD-BA), Moro não pode continuar no cargo:

— O ministro da Justiça não pode mais continuar ministro, a não ser que ele coloque, acima de tudo, a necessidade de ter um emprego e jogar por terra, como já jogou, toda sua história de magistrado, que todos pensávamos isento e imparcial, o que, pelas últimas informações e notícias dadas como corretas e sérias, não corresponde à realidade.

Houve, claro, uma concordância, uma intenção de se orientar o Ministério Público na condução da denúncia para a prisão do ex-presidente Lula. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Já o senador Alessandro

Vieira (Cidadania-SE) avalia que o vazamento indica que está em curso um ataque orquestrado contra a Lava Jato.

— Uma organização criminosa, provavelmente contratada por alguém interessado em prejudicar investigações, está em ação no Brasil. Nós temos uma quadrilha fazendo monitoramento, infiltração e hackeamento de aparelhos smartphones, celulares de autoridades: ministros, juizes, desembargadores, procuradores da República e, quem sabe, senadores. Então, a gente não pode fechar os olhos para o que está acontecendo no Brasil: uma ação criminosa, orquestrada,

que não é barata, que não é simples, e que está atacando fortemente o sistema de Justiça — afirmou o senador. Na segunda-feira, a publicação de mensagens foi comentada por diversos senadores em pronunciamentos no Plenário ou pelas redes sociais. No mesmo dia, Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou requerimentos para que o ministro Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol falem sobre o caso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador informou que iniciaria a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI.

# Novas regras para MPs podem ser votadas hoje

Se for aprovada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposta que garante 30 dias para o Senado analisar medidas provisórias pode receber urgência em Plenário

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) analisa hoje proposta de emenda à Constituição que muda as regras para a tramitação de medidas provisórias no Congresso. A PEC 91/2019 assegura ao Senado pelo menos 30 dias de prazo para analisar as MPs editadas pelo Poder Executivo. O relator é o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Pela regra atual, uma MP perde a eficácia se não for convertida em lei em até 120 dias. Um problema desse modelo é que todo o tempo pode ser consumido na comissão mista de senadores e deputados, sem que os Plenários das duas

Casas tenham a oportunidade de analisar o texto.

A proposta foi apresentada pelo ex-senador José Sarney em 2011 e aprovada pelo Senado no mesmo ano. Na Câmara, a PEC passou oito anos tramitando, tendo sido aprovada na quarta-feira passada. Como os deputados fizeram alterações, o texto voltou para nova análise do Senado.

— Com acordo de líderes, a matéria poderá receber urgência e ser apreciada pelo Plenário do Senado no mesmo dia, após a votação na CCJ — afirmou a presidente da Comissão, Simone Tebet (MDB-MS).

## O que muda

RELEVÂNCIA E URGÊNCIA	
▪ <b>EM VIGOR:</b> O presidente da República pode editar MP em caso de relevância e urgência, mas deve submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> Não há alterações.
TEMAS PROIBIDOS	
▪ <b>EM VIGOR:</b> Alguns assuntos não podem ser tratados por meio de MP. É o caso de temas como nacionalidade, cidadania, direitos políticos, organização do Poder Judiciário, Orçamento e normas de direito eleitoral, penal, processual penal e processual civil. O presidente também não pode editar medida que determine o sequestro de bens ou poupança.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> Não há alterações.
COMISSÃO MISTA	
▪ <b>EM VIGOR:</b> Cabe a uma comissão mista de deputados e senadores emitir parecer sobre MP.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> Não há alterações.
VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	
▪ <b>EM VIGOR:</b> A MP tem vigência de 60 dias e pode ser prorrogada por igual período.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> A MP tem vigência de 120 dias e não pode ser prorrogada.
EFICÁCIA	
▪ <b>EM VIGOR:</b> A MP perde eficácia se não for aprovada em 120 dias.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> A MP perde eficácia se não for apreciada em: 40 dias na comissão mista, contados do segundo dia útil após edição pelo presidente da República; 40 dias na Câmara, contados do segundo dia útil após recebimento do parecer da comissão mista; 30 dias no Senado, contados do segundo dia útil após aprovação pela Câmara; 10 dias na Câmara para análise de emendas dos senadores, contados do segundo dia útil após aprovação pelo Senado.
PAUTA TRANCADA	
▪ <b>EM VIGOR:</b> A MP entra em regime de urgência e tranca a pauta se não for apreciada 45 dias após a publicação.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> A MP entra em regime de urgência se não for apreciada: 30 dias após chegar à Câmara (vinda da comissão mista); 20 dias após chegar ao Senado (vinda da Câmara); imediatamente, caso sejam apresentadas emendas dos senadores. A MP tranca a pauta de votações, mas as duas Casas podem votar matérias com prazo constitucional determinado ou temas que não possam ser tratados por medidas provisórias.
REEDIÇÃO	
▪ <b>EM VIGOR:</b> A MP rejeitada ou que tenha perdido eficácia não pode ser reeditada na mesma sessão legislativa.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> O assunto de uma MP rejeitada ou que tenha perdido eficácia não pode ser reeditado na mesma sessão legislativa.
"JABUTIS"	
▪ <b>EM VIGOR:</b> Não há proibição explícita aos chamados "jabutis", matérias sem relação com o tema principal da medida provisória.	▪ <b>PEC 91/2019:</b> A PEC 91/2019 preenche uma lacuna da Constituição e proíbe a aprovação de MP com "jabutis".



Senador Antonio Anastasia é o relator da proposta na comissão

## Senadores debatem aumento da dívida pública

O aumento da dívida pública e o consequente reflexo na economia serão tema de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O requerimento para a reunião foi aprovado ontem. De acordo com o senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), que pediu o debate, a dívida que era de R\$ 1,7 trilhão em 2008 já está em R\$ 5,8 trilhões. Diante desse

quadro, o senador defendeu que a CAE discuta a situação.

— Nos últimos dez anos, pagamos R\$1,8 trilhão de juros. Queremos saber como essa evolução se acumula. A reforma previdenciária vai trazer R\$1 trilhão em economia, porém, só em 2018, nossa dívida aumentou R\$1,5 trilhão.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) chamou a atenção para

o crescente endividamento dos estados. Ele sugeriu a criação de uma subcomissão no âmbito da CAE para que seja feita uma comparação entre quanto os governos locais pagam e pagaram à União e quanto os bancos pagaram e pagam em políticas como o Proer e o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (Proes).

## Comissão vota relatório sobre registro de empresas

A comissão mista da medida provisória que simplifica o registro de novas empresas deve votar hoje o relatório do deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ).

O colegiado é presidido

pelo senador Jorginho Mello (PL-SC). A MP 876/2019 prevê o registro automático nas juntas comerciais de firmas constituídas como Empresário Individual, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(Eireli) e Sociedade Limitada (Ltda), quando preenchidos determinados requisitos. Caso esses requisitos não sejam atendidos, os atos devem ser efetivados no prazo de dois dias úteis.

## Colegiados de quatro medidas provisórias serão instalados hoje

Estão agendadas para hoje, às 14h30, a instalação e a eleição de presidentes e vices de quatro comissões mistas responsáveis por analisar medidas provisórias (MPs).

A primeira é a MP 877/2019, que dispensa os órgãos públicos federais de reter, na fonte, os tributos que incidem sobre as passagens compradas diretamente das companhias aéreas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, também chamado de cartão corporativo.

A segunda é a MP 878/2019, que autoriza o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

a prorrogar por tempo indeterminado contratos de pessoal que terminam em 28 de junho de 2019.

Em seguida, vem a instalação da MP 879/2019, que autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas com compra de combustíveis até 30 de junho de 2017.

Por último, será a vez da MP 881/2019, que reduz o tempo e a burocracia para abrir empresas.

Depois de analisados pelas comissões mistas, os relatórios das MPs são remetidos à Câmara dos Deputados e, posteriormente, ao Senado, para votação em Plenário.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burel  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Em comissão, empresários defendem “lucro verde”

Parte da programação do Junho Verde, audiência reuniu dirigentes de empresas e fazendas que buscam preservar o meio ambiente. Para eles, sustentabilidade e cuidados com a natureza podem dar lucro



**PRESE-  
VAR A NA-  
TUREZA**  
pode dar  
lucro. A  
opinião é

de especialistas que participaram ontem de uma audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Para eles, empresas que protegem o ecossistema demonstram responsabilidade social e se tornam mais competitivas do que a concorrência. O debate fez parte da campanha Junho Verde, iniciativa do Senado para a conscientização sobre a importância da preservação ambiental.

A gerente de Sustentabilidade da Natura, Luciana Villa Nova, citou algumas medidas adotadas pela empresa para promover o chamado lucro verde. Entre elas, o cuidado com a origem da matéria-prima, a proibição de testes de produtos em animais, o uso de embalagens ecológicas e o desenvolvimento de fórmulas sem componentes sintéticos ou petrolíferos.

— Uma empresa tem que promover impacto positivo. Em vez de degradar o meio ambiente, ela deve regenerar o meio ambiente e contribuir para um maior desenvolvimento e inclusão social.

Luciana Villa Nova disse que uma das preocupações da Natura é compensar toda a emissão de carbono envolvida no processo produtivo: cerca de 300 mil toneladas por ano. A empresa aposta em estratégias como a compra de créditos de carbono.

Outra medida ambientalmente correta que pode



Roberto de Freitas fala em audiência comandada por Confúcio Moura

render lucro é a mudança na matriz energética. O engenheiro Tiago Alves é diretor-executivo da Sunew, empresa que desenvolve painéis de filmes fotovoltaicos orgânicos para transformar a luz do sol em energia elétrica. Ele argumenta que a transição de combustíveis fósseis para energias renováveis é uma imposição científica.

— Se a gente continuar emitindo gases de efeito estufa, vai ter mais uns 15 anos de vida como planeta. O sol é a grande resposta. É a fonte mais abundante, barata e limpa. É a matriz que mais gera empregos.

Alves lamenta que no Brasil, onde há um “potencial solar gigante”, apenas 2% da matriz energética seja fotovoltaica.

## Agronegócio

O agronegócio também pode contribuir com uma produção ecologicamente sustentável. O agrônomo Roberto José de Freitas expôs a experiência da Fazenda Santa Brígida, em Ipameri (GO). A propriedade associa técnicas de agricultura e pecuária para elevar a produtividade em áreas já degradadas e evitar

a expansão do pasto e das plantações para regiões de mata virgem.

— No verão tudo é grão e no inverno tudo é ocupado com pastagens. Há um sistema de produção o ano inteiro e essa pastagem vai melhorar o sistema para o próximo ciclo agrícola. Há um crescimento constante da produtividade.

Roberto José de Freitas criticou tentativas de flexibilização do Código Florestal (Lei 12.651 de 2012). Para o agrônomo, a preservação do meio ambiente deve ser considerada uma aliada dos produtores rurais.

— O agronegócio será prejudicado rápida e diretamente se esta Casa aprovar o recuo nas medidas de proteção. O fazendeiro às vezes não tem a sensibilidade de perceber que o ambiente bem preservado vai reduzir problemas de pragas e doenças.

O senador Otto Alencar (PSD-BA), que se diz um defensor do agronegócio, também critica as tentativas de alteração no Código Florestal.

— Esse país, na minha opinião, é o país mais irresponsável do mundo com o meio ambiente.

## Cota ambiental

A pauta da CMA tem seis projetos de lei. Entre eles, está o PLS 251/2018, de Wellington Fagundes (PL-MT), que retira a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel. Essas cotas representam áreas “excedentes” de vegetação nativa em uma propriedade, superiores ao percentual mínimo de preservação, que podem ser usadas para compensar a falta de reserva legal em outra.

Em outro dispositivo, o texto modifica o Código de Mineração (Decreto-Lei 227, de 1967) para impor novas exigências ao início de atividades de extração mineral. O plano de aproveitamento econômico da jazida deverá conter projetos de segurança das instalações, de segurança, saúde e higiene dos trabalhadores e de proteção e preservação ambiental. Após o início da extração, a jazida deverá ser fiscalizada anualmente, sobre esses mesmos critérios, por uma auditoria independente. Em caso de irregularidades, a empresa terá 30 dias para corrigir a situação ou terá as atividades suspensas.

A CMA é a única comissão

# Mineradora pode ser obrigada a ter plano para gerenciar desastre

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem proposta para aumentar a segurança e a sustentabilidade das atividades de mineração ao obrigar que todas as mineradoras tenham um projeto de gerenciamento de desastres. O PL 1.303/2019 segue para análise da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto da senadora Zenaide Maia (Pros-RN) altera o Código de Minas (Decreto-Lei 227, de 1967), que lista as exigências para a criação do plano de aproveitamento econômico da jazida.

A proposta estabelece que seja feito um projeto para gerenciar o risco de desastres ambientais. O plano de aproveitamento é apresentado pelo minerador, junto a outros documentos, para requerer a concessão da lavra.

A intenção de Zenaide é evitar a ocorrência de catástrofes semelhantes aos de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, onde os rompimentos de barragens

de rejeitos mataram centenas de pessoas e de animais e poluíram rios e matas.

O relator, Elmano Férrer (Pode-PI), sugeriu algumas mudanças para deixar as exigências mais genéricas. Quanto aos requisitos mais específicos do relatório de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental, o relator sugeriu que sejam definidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão regulador do setor.

A CI também aprovou requerimento de audiência para que o presidente da Petrobras Biomcombustível esclareça os objetivos de médio e longo prazo da sua atuação no mercado de biocombustíveis. Outra audiência vai debater a fusão da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Também será debatido o PLS 261/2018, que autoriza a autorregulação ferroviária.



Relator, Elmano Férrer apresentou emendas ao projeto de Zenaide

# Colegiado debate propriedade industrial sobre agrotóxicos

O impacto das políticas de propriedade industrial no mercado de agroquímicos (também chamados de agrotóxicos ou defensivos agrícolas) será o assunto de debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) hoje, às 11h.

Requerente do debate, Lasier Martins (Pode-RS) afirmou que o agricultor, principalmente de culturas como soja, milho e algodão, não tem o poder de definir o preço de seus produtos, que dependem de fatores externos, como o mercado internacional. Por isso, uma das formas para garantir maior rentabilidade, conforme o senador, é reduzir custos de produção. Isso seria possível, por exemplo, com o uso de agroquímicos genéricos, que chegam a ser até 25% mais baratos que os oferecidos por grandes empresas multinacionais.

Lasier entende que uma

maior competição no mercado de agroquímicos, hoje concentrado nas mãos de poucas empresas, poderia vir pelo aumento da oferta de agroquímicos genéricos, o que possibilitaria a oferta de insumos mais baratos. Porém, para Lasier, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) é moroso na análise dos pedidos de quebra de patentes nesse setor, que, em alguns casos, superaram 14 anos.

“Para se ter uma noção de valores, só em 2009 foram movimentados no mercado de defensivos agrícolas no Brasil R\$ 12,9 bilhões. Segundo matéria divulgada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2014, apenas três produtos — um herbicida e dois inseticidas — movimentaram cerca de R\$ 300 milhões por ano, sendo que tais produtos ainda estavam protegidos por patentes”, informa o senador no requerimento.

# Crime ambiental de mineração pode ser imprescritível

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) se reúne hoje, às 14h, para votar o projeto que torna imprescritíveis os crimes ambientais decorrentes da atividade de lavra mineral. O PL 643/2019, de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), será analisado na forma de substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O projeto muda a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) para incluir a imprescritibilidade. Multas aplicadas em consequência desses crimes não poderão ser parceladas. Outra medida é que as empresas condenadas em processos ambientais não poderão participar de programas de refinanciamento de dívidas.

# Debate: distribuição de médicos do SUS é desigual

Especialistas disseram, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, que o maior problema da saúde pública é falta de uma política adequada de distribuição e fixação de profissionais nas regiões do país

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a situação atual do Sistema Único de Saúde (SUS), especialistas e representantes de classe destacaram ontem que o maior problema está na distribuição dos profissionais pelas regiões brasileiras. Durante o debate, os convidados ainda criticaram o modelo de saúde privada, que tende a se tornar insustentável.

Segundo o representante da comissão Pró-SUS do Conselho Federal de Medicina, Donizetti Dimer, os médicos escolhem a região em que desejam atuar conforme o salário, as condições de trabalho e a qualidade de vida. Esses fatores, conforme afirmou, contribuem para a persistência da desigualdade na distribuição de profissionais.

— Formamos mais médicos que se concentram mais. Não há uma política adequada de fixação desses profissionais. Não só médicos, mas outros profissionais da saúde.

Para o professor Heleno Corrêa, do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde da Uni-



Entre debatedores, senador Paulo Paim (3º à dir.) comanda audiência

versidade de Brasília (UnB), é preciso mudar a ideia de privatizações da saúde, modelo que considera insustentável para qualquer classe social.

## Pobres

Ele criticou o modelo de planos acessíveis, opinando que são meios de “tomar dinheiro de gente pobre”.

— No modelo em que cada um paga o que pode, ninguém pode ter acesso ao número infinito de profissionais necessários para fazer a oferta desse modelo — disse.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, destacou que o deficit na saúde pública afeta não só quem precisa do

sistema, mas contribui para encarecer os planos privados.

— Quando falamos de saúde, estamos tratando da defesa da vida. E o SUS nos preocupa. Não é a preocupação só desse ou daquele cidadão, mas do conjunto do povo. Me assusta quando eu vejo que está disparando a mensalidade dos planos de saúde — lamentou.

Os participantes alertaram para a possibilidade de cortes no orçamento do SUS. O Ministério da Saúde possui um orçamento de R\$ 117 bilhões para este ano. A comissão ainda pretende solicitar uma audiência no Plenário do Senado para ampliar a discussão sobre os problemas do SUS.

# Avança prioridade para embarque deficientes em transporte coletivo

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto que prioriza o atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque em transportes coletivos.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 466/2011 altera a Lei 10.048, de 2000, para determinar que pessoas com deficiência tenham prioridade no transporte coletivo aéreo, terrestre ou aquaviário. As empresas que não cumprirem a determinação estarão sujeitas ao pagamento de multa.

O autor do projeto, Humberto Costa (PT-PE), ressalta que, segundo o IBGE, aproximadamente 27 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência e enfrentam, a todo o momento, obstáculos na busca por uma vida social digna e dificuldades de acesso a serviços de saúde, escola, emprego e transporte público, entre outros.

## Emendas

O projeto foi relatado por Zequinha Marinho (PSC-PA), favorável à aprovação do texto, com emendas. Na opinião do senador, o valor da multa deve ser de R\$ 500 a R\$ 2,5 mil e não de R\$ 2,5 mil a R\$ 5 mil, como no texto inicial. A intenção dele foi deixar os



Relator, Zequinha Marinho ajustou o valor das multas à lei vigente

valores em conformidade com a Lei 10.048, que regula o atendimento prioritário a gestantes e lactantes, pessoas com mais de 60 anos, pessoas com deficiência ou com obesidade e pessoas com crianças de colo. Em outra emenda, ele sugeriu que a proposta se estenda aos idosos.

— Os idosos também sofrem com baixa mobilidade e muitas vezes têm dificuldades de acessar os meios de transporte quando precisam disputar espaço com os demais passageiros — disse.

Depois de passar pela CI, a proposição ainda será analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa.

## NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Procure sempre seguir alguns passos simples para não cair nas fake news:

- Nunca compartilhe antes de ler o texto completo. E não leia apenas o título da matéria.
- Observe se os títulos apelam para o exagero e abusam de recursos visuais, como negrito, letra maiúscula e pontos de exclamação.
- Confira se há erros de ortografia, concordância ou lógica.
- Verifique se a mensagem estimula o compartilhamento rápido, sem pensar.
- Caso você não tenha certeza depois desses cuidados, pode ser fake news. Não passe adiante o boato.

Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado, descubra o que o Jornal do Senado tem a dizer sobre o assunto.